

Revisão	Modificação	Data	Autor	Aprovo

Especialidades:	Autores do Documento:	CREA	UF	Matrícula	Rubrica
1 – Meio Ambiente	José Carlos Aravéchia Júnior	16.757/D	DF	16.996-87	



Sítio

**AEROPORTO REGIONAL DE SORRISO –
ADOLINO BEDIN – MT**

Área do sítio

PISTA

	Data		Especialidade / Subespecialidade
	NOVEMBRO/2019		MEIO AMBIENTE
Autor de Projeto			Tipo / Especificação do documento
CONFORME LISTA ACIMA			PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL DE OBRAS – PCAO PARA REFORÇO E RECUPERAÇÃO DA PPD, TAXIWAY E PÁTIO DE AERONAVES
Coordenador (Validador)	Rubrica	Tipo do empreendimento	Classe geral do projeto
JOSÉ CARLOS ARAVÉCHIA JÚNIOR			INFORMAÇÕES BÁSICAS
Gerente (Aprovador)	Rubrica	Substitui a	Substituída por
ARTHUR NEIVA FERNANDES			
Rubrica do Autor	Reg. Do Arquivo	Codificação	
CONFORME LISTA ACIMA		SO.02/891.75/0016/00	



Assinado com senha por JOSE CARLOS ARAVECHIA JUNIOR e ARTHUR NEIVA FERNANDES em
05/11/2019 00:00:00.
Documento Nº: 776237.3481040-7357 - consulta à autenticidade em
<https://sigadoc.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar>



CSATEXT201903081

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	4
2	CONCEITOS E DEFINIÇÕES	4
3	SIGLAS E ABREVIACÕES	4
4	IDENTIFICAÇÃO DO AEROPORTO	5
5	OBJETIVOS	5
5.1	OBJETIVO GERAL	5
5.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
6	ASPECTOS LEGAIS	5
7	DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	8
7.1	LOCALIZAÇÃO	8
7.2	CRONOGRAMA	9
7.3	ASPECTOS GERAIS E AMBIENTAIS	9
7.4	CANTEIRO DE OBRAS	9
8	CONSIDERAÇÕES GERAIS	10
9	CONTROLE AMBIENTAL DA OBRA	11
9.1	LICENCIAMENTO E CONDICIONANTES AMBIENTAIS	12
9.2	EFLUENTES	12
1.2	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	13
1.3	CONTROLE DE INSUMOS	13
1.4	RESÍDUOS SÓLIDOS	14
1.5	CONTROLE DE FAUNA E VETORES	17
1.6	RUÍDO	17
1.7	EMISSIONES ATMOSFÉRICAS	18
1.8	MANEJO DE SOLOS E MATERIAL VEGETAL	19
1.9	ÁREAS DEGRADADAS	21
1.10	PRODUTOS PERIGOSOS	21
1.11	EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS	23
1.12	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TREINAMENTO	23
2	RELATÓRIO DE CONTROLE AMBIENTAL DE OBRAS – RAO	24
3	RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	25
3.1	MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS	25
3.2	PRESERVAÇÃO DE PROPRIEDADE	25
3.3	COOPERAÇÃO COM OUTROS CONTRATOS	26
3.4	SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES	26



3.5	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.....	27
4	EQUIPE TÉCNICA.....	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
	ANEXO I – ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO RCAO	29
	ANEXO II – CHECK LIST - DESMOBILIZAÇÃO	35
	CANTEIRO DE OBRAS.....	35



1 APRESENTAÇÃO

Este Plano de Controle Ambiental de Obra – PCAO é um documento técnico-operacional que contém as orientações básicas para a gestão ambiental da obra e que será utilizado como elemento comprobatório do andamento da mesma do ponto de vista ambiental.

O Plano é composto por um conjunto de ações e atividades a serem desenvolvidos na fase de obra pela CONTRATADA, com a finalidade de contribuir para a mitigação dos impactos e normalização do componente ambiental na etapa de implementação dos empreendimentos.

2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART): Instrumento que identifica e estabelece limite de responsabilidade técnica, registrado no órgão de classe de profissionais técnicos em produtos, obras e serviços;

CONTRATADA: Pessoa jurídica contratada para a realização dos serviços técnicos especializados;

CONTRATANTE: Pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que celebrar contrato com empresas de prestação de serviços a terceiros com a finalidade de contratar serviços;

FISCALIZAÇÃO: Empregado ou grupo de empregados da CONTRATANTE responsável pelo gerenciamento e fiscalização dos serviços técnicos especializados indicados a quem a CONTRATADA prestará os serviços e a quem caberá verificar o cumprimento das disposições contratuais, por parte da CONTRATADA, em todos os seus aspectos;

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Profissional que detém conhecimentos em determinada área, legalmente habilitado dotado de inscrição ativa no respectivo conselho de classe, devendo responder tecnicamente pela qualidade dos serviços, documentos apresentados à CONTRATANTE que sejam inerentes à sua área de formação.

3 SIGLAS E ABREVIações

APP: Área de Preservação Permanente;

DAP: Diâmetro à Altura do Peito;

DMT: Distância Média de Transporte;

ETE: Estação de Tratamento de Esgoto;

NBR: Norma Brasileira da ABNT;

PCAO: Plano de Controle Ambiental de Obra;



PGRCC: Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;

PPCI: Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio;

RCAO: Relatório de Controle Ambiental de Obras;

RCC/RCD: Resíduo de Construção Civil/Resíduos de Construção e Demolição.

4 IDENTIFICAÇÃO DO AEROPORTO

Aeroporto: Aeroporto Regional de Sorriso – Adolino Bedin (SBSO)

Endereço: Rodovia BR 163, KM 762, s/n, Zona Rural, Sorriso – MT

CEP: 78.890-000

Cidade/UF: Sorriso – MT

Contato: (66) 3545-8360

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

O PCAO tem como objetivo minimizar os impactos ambientais gerados pelo serviço de reforço e recuperação da Pista de Pouso e Decolagem (PPD 05/23), *taxiway* e Pátio de Aeronaves do Aeroporto Regional de Sorriso – Adolino Bedin, além de reduzir os passivos ambientais normalmente gerados na fase de implementação dos serviços.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Implementar e executar as medidas preventivas, corretivas e de controle da poluição, minimizando ou mitigando os impactos ambientais gerados pelos processos de execução dos serviços;
2. Atender às condicionantes/exigências ambientais constantes dos termos de licenciamento dos empreendimentos;
3. Fornecer diretrizes para a gestão ambiental da fase de execução dos serviços.

6 ASPECTOS LEGAIS

Além dos normativos legais citados, podem ser acrescentadas legislação e/ou jurisprudência federal, estadual ou municipal acerca do tema:

- Constituição Federal de 1988, art. 225;
- Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas



derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;

- Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
- Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;
- Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;
- Decreto nº 95.733, de 12 de fevereiro de 1988 – Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrentes da execução desses projetos e obras;
- Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006 – Regulamenta o manejo florestal e atividades afins.
- Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 – Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências;
- Decreto nº 88.821, de 6 de outubro de 1983 – Aprova o Regulamento para a execução do serviço de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos, e dá outras providências;
- Decreto nº 96.044, de 18 de maio de 1988 – Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e dá outras providências;
- Decreto nº 4.097, de 23 de janeiro de 2002 – Altera a redação dos arts. 7 e 19 dos Regulamentos para os transportes rodoviários e ferroviários de produtos perigosos, aprovados pelos Decretos nº 96.044, de 18 de maio de 1988, e 98.973, de 21 de fevereiro de 1990, respectivamente;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914/2011, de 12 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;
- Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 – Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente;
- Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001 – Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva;
- Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002 – Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno;
- Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002 – Dispõe sobre parâmetros, definições e



limites de Áreas de Preservação Permanente;

- Resolução CONAMA nº 369, de 23 de março de 2006 – Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP;
- Resolução CONAMA nº 307, de 17 de julho de 2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução CONAMA nº 348, de 16 de agosto de 2004 – Altera a Resolução CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos;
- Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 – Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes;
- Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011 – Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de afluentes, complementa e altera a Resolução CONAMA n.º 357;
- Resolução ANVISA RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002 – Dispõe sobre Autorização de Funcionamento de empresas interessadas em prestar serviços de interesse da saúde pública em veículos terrestres que operem transportes coletivos internacional de passageiros, embarcações, aeronaves, terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteira e recintos alfandegados.
- Resolução ANVISA RDC nº 56, de 6 de agosto de 2008 – Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Sanitárias no Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas áreas de Portos, Aeroportos, Passagens de Fronteiras e Recintos Alfandegados;
- Resolução ANVISA RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004 – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
- Resolução ANVISA RDC nº 2, de 8 de janeiro de 2003 – Regulamento Técnico, para fiscalização e controle sanitário em aeroportos e aeronaves;
- Norma ABNT NBR 10.004:2004 – Resíduos sólidos – Classificação;
- Norma ABNT NBR 10.151:2000 – Avaliação de ruídos em áreas residenciais;
- Norma ABNT NBR 12.235:1992 – Armazenamento de resíduos sólidos perigosos – Procedimento;
- Norma ABNT NBR 12.284:1991 – Áreas de vivência em canteiros de obras;
- Norma ABNT NBR 14.064:2003 – Atendimento a emergência no transporte de produtos perigosos;
- Norma ABNT NBR 15.112:2004 – Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de transbordo e triagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação;
- Norma ABNT NBR 15.113:2004 – Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes - Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação;
- Norma ABNT NBR 15.480:2007 – Transporte rodoviário de produtos perigosos – Plano de ação de emergência (PAE) no atendimento a acidentes;
- Norma ABNT NBR 15.481:2007 – Transporte rodoviário de produtos perigosos – Requisitos mínimos de segurança;



- Norma Regulamentadora NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- Norma Regulamentadora NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- DNIT 070/2006 – PRO – Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras – Procedimento;
- NI 23.02 (MAM) – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- NI 23.03 (MAM) – Licenciamento Ambiental.

7 DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O serviço a ser realizado no SBSO consiste em reforço e recuperação da Pista de Pouso e Decolagem (PPD 05/23), *taxiway* e Pátio de Aeronaves do Aeroporto Regional de Sorriso – Adolino Bedin.

As atividades incluirão, ainda, campanha de remendos profundos, terraplanagem, fresagens e demolições, pavimentação, sinalização horizontal e limpeza final.

O desenvolvimento do serviços envolverá instalação provisória de canteiro de obras, que poderá incluir, além de depósito de materiais, escritório e banheiros, depósito de resíduos, centrais de armação, carpintaria e de concreto, de acordo com a necessidade do serviço.

7.1 LOCALIZAÇÃO

O Aeroporto Regional de Sorriso – Adolino Bedin está situado a uma distância de 10 km do centro da cidade e a cerca de 400 km da capital de Mato Grosso, Cuiabá, nas coordenadas geográficas 12°28'47.48" de Latitude Sul e 55°40'31.41" de Longitude Oeste. Os serviços serão realizados na Pista de Pouso e Decolagem – PPD do SBSO, conforme Figura 1.





Figura 1 - Localização do empreendimento no SBSO.

7.2 CRONOGRAMA

O cronograma dos serviços será elaborado pela CONTRATADA, de acordo com as necessidades do Aeroporto.

7.3 ASPECTOS GERAIS E AMBIENTAIS

Os serviços que possuem maior interface com aspectos ambientais são a geração de resíduos e risco de contaminação do solo, tanto por realização dos serviços de fresagem e recomposição da camada asfáltica quanto pela reconstituição da sinalização horizontal, conforme apresentado na ETE SO.02/105.92/000016/00, que utilizam produtos químicos.

Não são previstas intervenções em áreas de preservação permanente, reservas legais, corpos hídricos.

A destinação final dos resíduos oriundos da obra deverão seguir as normas ambientais, sendo responsabilidade da CONTRATADA o descarte em locais apropriados e devidamente licenciados para esse fim.

7.4 CANTEIRO DE OBRAS

Serão planejados, construídos e mantidos em boas condições todos os serviços necessários à instalação do canteiro de obras (escritório, almoxarifado, refeitório, etc.), em comum acordo com a CONTRATANTE.

Em hipótese alguma será permitido à CONTRATADA manter alojamentos para funcionários na



região de execução dos serviços.

Para facilitar o controle da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA manterá no local de execução dos serviços, um conjunto de todos os projetos, especificações técnicas e demais documentos relacionados com a mesma.

O canteiro deverá ser planejado e construído em conformidade com a legislação vigente, bem como com as normas técnicas que disciplinam a construção e operação (NR-18, NBR 12284/1991).

Deverão ser previstas estruturas adequadas para o armazenamento temporário de resíduos classes A, B, D e E (classificação conforme RDC Anvisa 56/2008) gerados tanto na obra quanto no canteiro, com dimensionamento e especificações suficientes para atender às demandas previstas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (NBR 10004/2004, NBR 11174/1990 e NBR 12235/1992). A mesma estrutura poderá ser utilizada para armazenamento temporário de produtos químicos e inflamáveis a serem utilizados na obra.

Não será permitida a instalação de posto de abastecimento de combustível dentro da área do aeroporto. O abastecimento de todos automóveis, caminhões e outros equipamentos deverá ser realizado externamente. Na impossibilidade de abastecimento externo, caso a CONTRATADA opte pelo uso de caminhão abastecedor, o veículo e seu tanque de carga devem possuir as certificações do órgão competente para realizar o transporte de produtos perigosos. Esses documentos são o Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) e o Certificado de Inspeção Veicular (CIV) (Decreto nº 88.821/1983, Decreto nº 96.044/1988, Decreto nº 4.097/2002 e Resolução CONAMA nº 01/1986).

O condutor deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) que indique a habilitação para o transporte de produtos perigosos ou o certificado do curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP). O veículo deverá ainda possuir painéis de segurança e rótulos de risco (NBR 7500/2013), kit de emergência e extintores de incêndio (NBR 9735/2012).

8 CONSIDERAÇÕES GERAIS

É exigido, além das diretrizes técnicas estabelecidas neste documento, atenção especial à legislação vigente e às normas técnicas que disciplinam e ordenam esses serviços em todas as suas fases, inclusive os planos de emergência do aeroporto e as normas internas de prevenção de acidente e segurança no trabalho, caso aplicáveis.

O PCAO é parte integrante do conjunto de instrumentos técnicos utilizados na implementação do Sistema de Gestão Ambiental em seus empreendimentos.

A execução do PCAO pela CONTRATADA deverá ter início assim que começarem as atividades de mobilização, após a assinatura da Ordem de Serviço. Sua entrega para a FISCALIZAÇÃO deverá acontecer antes do início efetivo da implantação da obra, uma vez que este documento visa justamente garantir o bom planejamento e sustentabilidade do empreendimento.



Deverá estar previsto um procedimento de desmobilização do canteiro de obras e das estruturas auxiliares utilizadas para execução da mesma. Este procedimento de desmobilização deverá seguir as instruções anexas sob aprovação da FISCALIZAÇÃO.

O Plano é composto por um conjunto de ações e atividades a serem desenvolvidas durante a obra com a finalidade de contribuir para a mitigação dos impactos que afetam os componentes ambientais.

As medidas que visam mitigar ou eliminar os impactos ambientais negativos devem levar em consideração, além da execução dos serviços, a fase inicial, com a instalação do canteiro de obras, e sua desmobilização.

Alguns aspectos ambientais relevantes também devem ser objeto de controle ambiental durante os serviços, como resíduos sólidos, efluentes, geração de material particulado, aumento de tráfego de veículos, material contaminado, risco de incêndios e explosões, dentre outros.

Como as ações de controle ambiental são vastas e o serviço possui caráter dinâmico, este documento deverá ser constantemente analisado pela CONTRATADA, e se for preciso, as ações previamente propostas serão adequadas para o bom andamento da obra dentro das exigências legais, devendo estas adequações estarem sempre registradas no Relatório de Controle Ambiental de Obras – RCAO.

A CONTRATADA deverá utilizar material de aterro de área de empréstimo/jazida, área de destinação de resíduos, e usina de asfalto devidamente licenciados.

Com relação aos custos de implementação de medidas de controle ambiental, os mesmos constam como itens de Planilha de Serviços e Quantitativos – PSQ em anexo. Ainda com relação a custos ambientais, a equipe da CONTRATADA deverá possuir um profissional de meio ambiente, destinado especialmente à elaboração de Relatórios de Controle Ambiental da Obra.

Portanto, o preço global da contratação deverá incluir os custos relativos à gestão ambiental da obra.

O princípio da responsabilidade ambiental não permite ao empreendedor desconsiderar a adoção de medidas de monitoramento e de controle.

O PCAO deverá ser implantado e executado durante todo o período de execução dos serviços, desde a mobilização até a desmobilização final. Assim, como forma de acompanhamento, deverá ser apresentado a cada execução do serviço o RCAO e, após a finalização do contrato, um RCAO Final.

9 CONTROLE AMBIENTAL DA OBRA

As ações previstas para o controle ambiental de obra descritas a seguir são orientações macro que devem ser elaboradas/adotadas pela CONTRATADA responsável pela execução do serviço ou empreendimento. Tais ações não são exaustivas, podendo ser complementadas de acordo com as características específicas do serviço ou empreendimento.



9.1 LICENCIAMENTO E CONDICIONANTES AMBIENTAIS

A CONTRATADA deverá conhecer e cumprir as condicionantes das licenças ambientais do SBSO, quando existente.

Todas as empresas subcontratadas para execução dos serviços deverão ter Licenciamento Ambiental emitido pelo órgão local. No caso de serviços de coleta e destinação de resíduos, limpeza do canteiro de obras e dedetização, as empresas devem ainda conter Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, exigido pela ANVISA.

9.2 EFLUENTES

Efluentes consistem nos esgotos sanitários decorrentes das instalações do canteiro de obras e de frentes operacionais de trabalho. A coleta, o tratamento e a disposição correta dos efluentes líquidos originados da operacionalização dessas instalações (a partir de veículos, equipamentos e edificações) são de vital importância para que o solo e os recursos hídricos sob a influência do empreendimento não sejam contaminados. Os efluentes líquidos poderão ser:

1. Efluentes sanitários provenientes das edificações (escritórios, banheiros, alojamento) e demais instalações de apoio;
2. Efluentes domésticos de refeitórios; e
3. Efluentes das instalações de manutenção e de operação, bem como dos locais de estocagem de materiais, quando existentes.

O controle de efluentes líquidos envolverá a preservação do solo e dos recursos hídricos sob a influência do empreendimento; devendo contar com sistemas de coleta dos esgotos domésticos das edificações, das oficinas e das demais áreas operacionais de apoio, (bem como visar o recolhimento das águas de chuvas, se aplicável).

A coleta e a destinação dos efluentes gerados deverá seguir as orientações abaixo:

1. Em nenhuma hipótese deverão ser interligados os sistemas de drenagem de águas pluviais aos sistemas de esgotamento sanitário;
2. Não será permitido o uso de valas a céu aberto ou de caixas sem tampas adequadas;
3. Os efluentes domésticos dos refeitórios, quando existentes, passarão em caixa(s) de gordura, previamente à sua disposição final e adequada;
4. Não será permitido o lançamento, sob qualquer hipótese, de esgotos de qualquer natureza nos cursos d'água ou em Área Preservação Permanente;
5. As áreas destinadas à estocagem de agregados e insumos da obra deverão ser providas de contenção (bacias) para evitar o espalhamento desses materiais para a rede de drenagem ou via pública por meio do escoamento superficial das águas pluviais;
6. Devem ser implantadas, sempre que possível, instalações que propiciem o reuso ou reaproveitamento de água, inclusive de chuvas, sejam para esgotamento sanitário nas edificações (em banheiros), ou em instalações do canteiro para operacionalização de serviços (a exemplo de lavagem das rodas de caminhões/veículos com circulação externa à obra).



7. Se aplicável, providenciar a ligação dos esgotos sanitários do canteiro com a rede utilizada pelo aeroporto;
8. As áreas, onde eventualmente ocorram atividades geradoras de efluentes oleosos, deverão ser limitadas com canaletas que direcionem o escoamento desses efluentes para um sistema de separação água-óleo;
9. Deverá ser comprovada a coleta, o tratamento e a destinação final adequada dos efluentes, bem como ser apresentada a licença ambiental de operação do transportador e destinador final do efluente, em caso de utilização de sanitários químicos, ou de outro sistema de tratamento.

1.2 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

As ações para o controle e o monitoramento do abastecimento de água no canteiro de obras e nas frentes de trabalho (e em demais usos) compreenderão as orientações:

1. O sistema de abastecimento de água potável será realizado a partir da rede do aeroporto, em comum acordo com a FISCALIZAÇÃO do contrato;
2. Todo o sistema deverá estar protegido contra contaminação;
3. As atividades realizadas no âmbito da obra, mediante o uso de poço artesiano, deverão ser executadas de forma a prevenir a contaminação das águas subterrâneas, caso aplicável;
4. Caso a água destinada ao consumo humano, durante a execução da obra, seja fornecida por meio de caminhão-pipa, a CONTRATADA deverá garantir e apresentar laudos comprobatórios da qualidade da água potável fornecida;
5. A CONTRATADA deverá evitar desperdícios e eventuais vazamentos; bem como, garantir o uso racional da água durante a execução da obra. O controle do seu uso deverá ser feito por meio de sistema de hidrometração implantado;
6. A CONTRATADA deverá priorizar a coleta, armazenamento e uso da água da chuva em usos menos nobres (como exemplo em lavagem das rodas de veículos com trânsito externo ao canteiro de obras, o umedecimento das vias de serviço, a descarga em aparelhos hidrossanitários, etc), sempre que possível;
7. Em hipótese alguma deverá haver água parada em recipientes ou reservatórios a céu aberto, no canteiro de obras ou frentes de trabalho.

1.3 CONTROLE DE INSUMOS

Em função das instalações presentes no canteiro de obras e do fluxo de trabalhadores, haverá fornecimento de água, energia e outros insumos para a realização das atividades. O consumo destes insumos deve ser controlado de forma a evitar desperdícios e preservar os recursos naturais. Assim, deverão ser definidos valores de referência para controlar o consumo e identificar anormalidades. Os principais procedimentos a serem adotados são:

- a) A CONTRATADA deverá instalar 01 medidor geral de energia e 01 medidor geral de água



(hidrômetro) para controle destes insumos. É responsabilidade da CONTRATADA garantir e comprovar o devido controle dos recursos consumidos. Desta forma, o número de medidores deverá ser compatível com o número de locais de derivação de insumos;

- b) O controle de insumos no canteiro de obras baseia-se na medição, controle e comparação entre consumo medido e consumo esperado;
- c) Deverá ser repassada à FISCALIZAÇÃO uma lista com a relação de trabalhadores e o respectivo consumo per capita de cada área da obra: administração, escritório, frentes de trabalho;
- d) Deverá ser realizada a leitura do medidor de energia e do hidrômetro com frequência mensal. Caso a FISCALIZAÇÃO considere pertinente, a CONTRATADA deverá aumentar a frequência de medições, como nos casos de suspeita de vazamentos ou necessidade de maior controle. Os respectivos relatórios de medição deverão ser repassados à FISCALIZAÇÃO mensalmente ou sempre que solicitado, devendo ser inseridos no RCAO;
- e) As atividades da obra, em especial as paralelas (marcenaria, serralheria, britador de entulho, máquinas e equipamentos, entre outros) realizados no âmbito do canteiro de obras, devem ter sua demanda de insumos acompanhada, medida, controlada e registrada por meio da geração dos RCAO's.

Sempre que viável, deverá ser dada preferência para aquisição de insumos certificados, com ciclo de vida comprovadamente sustentável, de menor gasto energético em sua fabricação, renováveis, com conteúdo reciclável e não poluentes, como por exemplo, o uso de:

- britas e areias recicladas;
- madeiras reflorestadas ou certificadas;
- cimentos Portland sustentáveis (Cimento Portland de Alto-Forno – CPIII ou Cimento Portland Pozolânico – CPIV);
- tintas, vernizes, removedores, selantes e outros, com baixa emissão de Compostos Orgânicos Voláteis (COV's), que não contenham chumbo e que não sejam a base de solventes e sim a base de água. Uso de tintas minerais que evitam a selagem das paredes, permitindo que as mesmas respirem, evitando mofo e bolhas.

Além das considerações supracitadas, a CONTRATADA deverá priorizar fornecedores dispostos a realizar a logística reversa dos insumos a serem adquiridos para a obra, minimizando possíveis passivos ambientais e os gastos com gerenciamento de resíduos.

1.4 RESÍDUOS SÓLIDOS

O Gerenciamento de Resíduos Sólidos deverá ser realizado conforme RDC ANVISA 56/2008 e CONAMA 05/1993, considerando-se:

1. Grupo A: Resíduos que apresentem risco potencial ou efetivo à saúde pública e ao meio ambiente devido à presença de agentes biológicos consideradas suas características de virulência, patogenicidade ou concentração;
2. Grupo B: Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente.



3. Grupo C: Enquadram-se neste grupo os rejeitos radioativos,
4. Grupo D: Resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiativo à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares;
5. Grupo E: Materiais perfurocortantes ou escarificantes.

O Gerenciamento dos Resíduos de Construção ou Demolição Civil (RCDs) realizado no Canteiro de Obras ou nas frentes de trabalho deve ser realizado conforme CONAMA Nº 307 e demais leis ou normas aplicáveis.

Em relação ao quantitativos de resíduos previstos para serem gerados no empreendimento, tem-se:

- a) A geração de resíduos englobará resíduos dos Grupos B e D, conforme RDC ANVISA 56/2008 e CONAMA 05/1993;
- b) A geração de Resíduos Sólidos da Construção Civil (RDCs), decorrentes da obra e conforme CONAMA Nº 307 e demais leis ou normas aplicáveis.

A CONTRATADA deverá adotar ações específicas quando da implementação do gerenciamento dos resíduos gerados. A segregação, o acondicionamento, o transporte e a destinação final dos RDCs e dos resíduos recicláveis serão de responsabilidade da CONTRATADA, observando-se:

- a) A segregação dos rejeitos deverá ser precedida de planejamento, da CONTRATADA junto à FISCALIZAÇÃO, a qual avaliará e aprovará a localização e a segregação dos RCDs e dos resíduos recicláveis, dentro do canteiro de obras;
- b) A CONTRATADA deverá segregar os RCDs, nas suas fontes geradoras ou em local que favoreça a logística de coleta seletiva, durante a execução da obra e a desmobilização (desmontagem/remoção) do canteiro de obras e os identificará por classe/tipo;
- c) Os RDCs deverão ser armazenados em baias ou outra solução que a FISCALIZAÇÃO aprove, identificando os tipos de resíduos. Quando possível, esses resíduos que estiverem em boas condições de reutilização, deverão ser reaproveitados na execução do próprio empreendimento;
- d) Os locais de armazenamento temporário deverão estar devidamente protegidos contra a ação das chuvas, a fim de evitar a degradação, o espalhamento e o carreamento dos materiais segregados;
- e) Se aplicável, a CONTRATADA deverá utilizar 02 (dois) contêineres de 240 litros, com tampa e rodas, para armazenamento dos resíduos do grupo D (recicláveis e não recicláveis) gerados no canteiro de obras. Os resíduos recicláveis gerados deverão ser doados para cooperativas do Programa de Coleta seletiva, inclusive resíduos de madeira (ou instituição, conforme definido pela FISCALIZAÇÃO);
- f) As caçambas metálicas devem ser fornecidas por empresa(s) devidamente cadastrada(s) na Autoridade Municipal de Limpeza Urbana;
- g) A CONTRATADA deverá utilizar 02 contêineres de 05m³ (cinco metros cúbicos), provido(s) com tampa, tipo caixa estacionária, para armazenamento dos resíduos perigosos (latas de tintas) e RDCs gerados na obra, de forma segregada;



- h) Tanto o contêiner quanto as lixeiras distribuídas na área administrativa do canteiro deverão ter identificação visível, de acordo com o tipo de resíduo.

Quanto ao transporte e destinação dos resíduos:

- a) A CONTRATADA deverá realizar a carga e descarga mecanizada dos RCDs em caminhões basculantes para serem encaminhados à destinação correta. A CONTRATADA deverá acompanhar o procedimento reportando à FISCALIZAÇÃO, caso esses serviços apresentem alguma não-conformidade;
- b) Os RCDs deverão ser transportados (para unidades de tratamento ou bota-foras) em caminhões providos de lona plástica ou material similar, que assegure a não dispersão destes materiais nas vias de circulação durante todo o transporte e carregamento;
- c) O esgotamento do(s) contêiner(es) deverá ser executada de acordo com a dinâmica da obra, devendo a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO alinharem o tempo adequado para aquisição do(s) contentor(es), a sistemática e a frequência da coleta que viabilize o bom gerenciamento dos resíduos gerados;
- d) A CONTRATADA deverá encaminhar os resíduos (entulhos, resíduos perigosos, recicláveis, orgânicos) até locais de destinação corretos e devidamente licenciados para recebimento dos mesmos. A comprovação do licenciamento desses locais para disposição final dos resíduos será de responsabilidade da CONTRATADA, mediante a apresentação de documento comprobatório à FISCALIZAÇÃO;
- e) A CONTRATADA deverá encaminhar à FISCALIZAÇÃO os Certificados e/ou Manifestos de Transporte de serviços de coleta, transporte e destinação final dos RCDs;
- f) A CONTRATADA deverá dispor os RCDs no aterro sanitário do município, somente mediante expressa autorização do Poder Público Municipal e/ou Entidade responsável pelo gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. A FISCALIZAÇÃO deverá receber cópia desta autorização;
- g) A CONTRATADA deverá encaminhar à FISCALIZAÇÃO documento comprobatório de doação de RESÍDUOS RECICLÁVEIS;
- h) Ao término das obras, todo o material de desmontagem/remoção do canteiro de obras, que se configure com resíduo de construção civil deverá ser encaminhado para local de destinação adequado, bota-fora licenciado ou aterro classe A (conforme resolução CONAMA nº 307/2002).

Quando da desmontagem/remoção do canteiro, a CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO o Check list – Desmontagem/remoção do Canteiro e/ ou Frentes de Trabalho preenchido (Anexo II). Quando um dos itens do referido check list não for necessário ou não for aplicável, o mesmo poderá ser suprimido, desde que aprovado pela FISCALIZAÇÃO.



1.5 CONTROLE DE FAUNA E VETORES

O controle de fauna e vetores nas áreas operacionais do canteiro e frentes de trabalho englobará a realização de vistorias prévias (antes de se iniciarem os trabalhos) e periódicas, visando identificar e combater eventuais focos de vetores existentes (roedores, baratas, outros insetos).

- a) As áreas de vivência implantadas no canteiro de obras e frentes de trabalho deverão ser mantidas em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza, atendendo plenamente à legislação sanitária;
- b) O controle de focos deverá ser feito por empresa licenciada mediante a aplicação de produtos sanitários licenciados e aplicados durante a execução dos serviços;
- c) Materiais e equipamentos deverão ser armazenados, no ambiente operacional da obra, de maneira organizada, de forma a não servir de abrigo para animais, nem propiciar o acúmulo de água e a proliferação de vetores;
- d) Será proibida a prática da alimentação, fora de locais destinados a esse fim, seja no canteiro, nas frentes de trabalho ou dentro da área de interferência da obra;
- e) Boas práticas deverão ser disseminadas junto à equipe operacional do canteiro, visando otimizar o controle de focos de vetores;
- f) Eventual presença de animais no ambiente de obra, deverá ser eliminada mediante ações de recolhimento a serem realizadas pelo órgão de controle de zoonose municipal.

Durante a execução dos serviços preliminares, o controle de vetores, a destinação adequada de materiais oriundos da desmontagem e demolição, bem como a prevenção à contaminação de água subterrânea deverão ser os principais aspectos ambientais que a CONTRATADA deverá executar.

1.6 RUÍDO

O ruído gerado na obra é oriundo de equipamentos e veículos durante suas atividades. Desta forma, o objetivo do monitoramento e controle de ruídos é evitar e mitigar impactos ambientais e ocupacionais causados pela poluição sonora, visando o bem estar da população que frequenta o aeroporto e casas próximas, bem como da mão de obra alocada para a execução das obras e a comunidade aeroportuária.

Nas áreas da obra, deverão ser respeitados os padrões de emissões de ruídos (Resolução CONAMA 001/90). Atenção especial deverá ser dada aos níveis de ruído aos trabalhadores, conforme estabelecido na NR-15.

A operação de máquinas e equipamentos deve ser minimizada em horário de repouso diário, junto às áreas habitadas.

Deverá ser realizada manutenção corretiva sempre que forem observadas alterações no funcionamento do equipamento que impliquem no aumento da emissão de ruídos (perceptível ao ouvido humano), observadas as seguintes orientações;

- a) Manter, no canteiro de obras, o manual dos equipamentos de pequeno porte utilizados para



fins de auxílio na identificação da necessidade de se realizar manutenções preventiva/corretiva;

- b) A manutenção de maquinário, equipamentos e veículos deverá ocorrer apenas em área adequada ambientalmente para este fim e fora do canteiro de obras. A comprovação da manutenção realizada deverá constar no RCAO;
- c) No caso de extrema necessidade de realizar manutenção no interior do canteiro de obras, esta ação deverá ser acompanhada do engenheiro responsável da obra, que deverá auxiliar e fiscalizar o executor, para que a manutenção seja feita de maneira a prevenir o derramamento de óleo e de materiais contaminados com óleo em solo exposto, nesse caso a área deverá ser previamente preparada para tal finalidade;
- d) Implantar instalações/equipamentos ruidosos em locais que preferencialmente contenham barreira físicas (tapumes, muretas, árvores, etc) a fim de reduzir o impacto da poluição sonora para as áreas adjacentes ao local;
- e) A CONTRATADA deverá limitar suas emissões de ruídos aos níveis previstos na NR-15.

1.7 EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Os poluentes atmosféricos que mais comumente poderão afetar a qualidade do ar no entorno da obra são as partículas em suspensão oriundas das escavações e do transporte de solos, descarregamento e transporte de agregados minerais de construção, bem como as emissões provenientes da queima de combustíveis fósseis.

Portanto, deve-se mitigar ou eliminar esses impactos negativos na fase de obras que possam causar alterações na qualidade do ar local e nas comunidades circunvizinhas ao aeroporto.

Assim, devem ser adotados os seguintes procedimentos:

- a) Efetuar a manutenção periódica de veículos, incluindo a verificação do nível de emissões e a conservação das características originais do sistema de escapamento deverá atender às legislações ambientais cabíveis, incluindo as Resoluções CONAMA nº 272/00, 230/97 e 226/97 referentes às emissões veiculares.
- b) Recobrir com lonas plásticas (150 micras) todos os caminhões ou veículos utilizados para o transporte de materiais granulados, de solos ou de cobertura vegetal oriundos dos serviços de limpeza do terreno e terraplanagem – aplica-se ao trânsito dos veículos interna e externamente à obra;
- c) Efetuar lavagens periódicas dos equipamentos e veículos de transporte de materiais granulados e solos, no mínimo 1 (uma) vez por semana, minimizando a quantidade de sedimentos transportados nas vias;
- d) Realizar a manutenção periódica de veículos de modo a evitar emissão de poluentes em níveis acima dos permitidos;
- e) Promover a umectação durante a execução dos serviços, utilizando água de maneira racional – neste caso será utilizado o caminhão pipa previsto para abastecer a fresadora;



- f) A mitigação de poeira por meio de caminhão-pipa deverá ser realizada nas áreas afetadas diretamente e nas vias de serviço por onde trafegarem os caminhões, operando no mínimo 2 horas por dia em cada área e, ainda, em situações excepcionais, a critério da CONTRATADA, sob recomendações da FISCALIZAÇÃO;
- g) Atentar para as condições físicas dos veículos e dispositivos que serão utilizados, com vistas a não haver desperdício de água enquanto não estiver sendo realizada umectação das áreas em que houver maior emissão de poeiras e particulados;
- h) Efetuar lavagens periódicas dos equipamentos e veículos de transporte de materiais granulados e solo, conforme a necessidade que a dinâmica da obra trouxer;
- i) Por se tratar de obra em área restrita (pista de pouso e decolagem) a presença de particulados e sujeira deve ser evitada e controlada, pois representa risco direto à segurança das aeronaves e dos trabalhadores envolvidos;
- j) Ao término dos trabalhos diários, toda área da obra deve ser limpa de forma a evitar a permanência de materiais que possam tornar-se FOD. Todos os resíduos produzidos devem ser destinados corretamente, conforme preconizado pela legislação vigente, principalmente no que se refere à emissão de manifesto de resíduos;
- k) Todos os caminhões e veículos que acessarem a área da obra deverão transitar cobertos com lona de PVC impermeável com tratamento especial para transporte de asfalto com resistência de 200°C ou similar;
- l) A CONTRATADA não poderá efetuar lavagem de veículos na área do aeroporto;
- m) A CONTRATADA deverá informar durante a elaboração do RCAO o quantitativo de água utilizada ou outro insumo utilizado para a finalidade de controle de emissões;
- n) Para atenuar a emissão de particulados, deverá ser realizada a limpeza ao final de todas as noites, podendo ser usadas vassouras mecânicas acopladas no equipamento Bobcat. Essa atividade deverá ocorrer durante todo o período de realização da obra;
- o) Qualquer manutenção de veículos da CONTRATADA/Terceirizada deverá ser realizada fora da área do sítio aeroportuário.
- p) A responsabilidade, penalidades e custos de reparo associados a quaisquer danos advindos da não implantação e execução das medidas mitigadoras para emissões atmosféricas fica sob responsabilidade da CONTRATADA.

1.8 MANEJO DE SOLOS E MATERIAL VEGETAL

Para o empreendimento, será realizada a limpeza da camada vegetal somente na área do canteiro de obras.

O volume de solos oriundos dos cortes e limpeza do terreno deverá ser estocada no local para posterior recuperação da cobertura vegetal ou encaminhada para destinação final externa ao aeroporto em área devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.

A CONTRATADA deverá atender à legislação ambiental pertinente, assim como verificar a conformidade ambiental do local da destinação final dos solos, apresentando manifesto ou certificado



de transporte do material (contendo informações quali/quantitativas da operação), que comprove o recebimento do material, caso aplicável.

Ressalte-se que para a utilização de materiais de área de empréstimo ou jazidas, previamente à utilização de insumos minerais (agregados) para os serviços de pavimentação bem como para os serviços de terraplanagem, é necessário que os mesmos possuam licença ambiental, documento comprobatório de conformidade ambiental envolvendo todo o ciclo dos produtos explorados (extração, beneficiamento, transporte).

Orientar aos trabalhadores as medidas que deverão ser adotadas para manejo sustentável do material de corte e limpeza do terreno quando da execução de terraplanagem, bem como dos serviços de preparação do terreno para instalação do canteiro de obras.

Deverão ser observadas as especificações estabelecidas e ainda:

- a) Nos serviços de limpeza do solo e de terraplanagem deverão ser observadas as especificações estabelecidas nas especificações técnicas dos serviços preliminares;
- b) Se necessário, o material removido será armazenado temporariamente, em pequenos volumes, no local do canteiro, para posterior transporte em caminhão basculante até destinação final externa que deve ser devidamente licenciado para o recebimento deste material ou aproveitamento ao final da obra na fase de desmobilização para recuperação da cobertura vegetal;
- c) São vedadas as estocagens ou descartes de materiais oriundos da limpeza considerados inservíveis, estéreis ou pedregosos em áreas de interesse ecológico ou em áreas de preservação permanente;
- d) É proibida a circulação de veículos transportadores em área externa ao local da obra carregados com material terroso desprovidos de lona ou cobertura que seja eficiente para evitar que o material caia do veículo e se espalhe nas vias de serviço do aeroporto durante todo deslocamento até a área licenciada para destinação final;
- e) Os locais de armazenamento ou depósito de ligante asfáltico instalados no canteiro de obras deverão ser providos de cobertura. É proibida a estocagem de material betuminoso em contato direto com o solo, próximo a cursos d'água ou dispositivos de drenagem temporários ou que ocorram naturalmente no terreno;
- f) É proibido que os caminhões utilizados na imprimação fiquem estacionados em condições (topográficas, locais) que permitam que vazamentos dos reservatórios de material betuminoso contaminem o solo ou qualquer outro componente natural;
- g) É proibido que o armazenamento de agregados e insumos de qualquer granulometria ocorra em áreas com declividade favorável ao espalhamento dos mesmos;
- h) É vedada a supressão da vegetação com o uso do fogo;
- i) É proibida a circulação de veículos transportadores a partir do perímetro externo do local da obra carregados com pilha de solo excedente oriundo da movimentação de terra desprovidos de lona ou cobertura que seja eficiente para evitar que o material terroso se espalhe;
- j) É vedado o uso de defensivos agrícolas, herbicidas, desfolhantes e outros, em qualquer das



tarefas de preparação do terreno;

- k) O transporte em caminhão basculante deverá ser feito com o material coberto por lona plástica, de modo a evitar que ocorra espalhamento do mesmo nas vias públicas ou de serviço do aeroporto durante todo deslocamento até a área licenciada para destinação final;
- l) O local de estacionamento de caminhões de imprimação deverá ser previamente provido de cobertura ou de algum tipo de proteção do solo, ficando a cobertura do local de estacionamento ou outra medida preventiva de contaminação do solo sob aprovação da fiscalização.

1.9 ÁREAS DEGRADADAS

Deverá ser prevista a recuperação das áreas degradadas como canteiros de obras, acessos que servirão para ligação das obras aos pontos de movimentação de máquinas, locais de armazenamento de materiais e demais áreas afetadas.

A recuperação das áreas degradadas visa conferir uma condição de estabilidade às áreas diretamente afetadas por intervenções humanas. Portanto, o terreno deve ter uma conformação suave, receber tratamento preventivo e de desenvolvimento de erosões, tais como dispositivos de drenagem e de contenção da energia hídrica, revegetação. Deve também estar livre, ao fim da obra, de contaminantes e detritos provenientes do canteiro de obras.

O direcionamento do deflúvio das águas pluviais das bacias de contribuição que se formarão deverá ser executado de forma a não acarretar alterações na drenagem superficial.

Na fase de desmobilização a área do canteiro de obras deverá estar no mesmo estado ao verificado antes da sua implantação. Deverá ser previsto o plantio de grama em placas para recuperação da cobertura vegetal removida na instalação do canteiro de obras, caso tenha ocorrido.

1.10 PRODUTOS PERIGOSOS

A contenção e drenagem provisória de produtos perigosos tem a função de diminuir o risco de contaminação do solo durante a obra, de vazamento de produtos perigosos, além de proporcionar o correto direcionamento de efluente contaminado para a sua devida contenção ou tratamento.

O gerenciamento de produtos perigosos deverá ser executado quando da instalação de tanque de abastecimento (se houver) ou quando do armazenamento de combustíveis (se houver) em recipientes de menor volume como, por exemplo, tambor e bombona, de forma concomitante à execução dos serviços, de maneira a garantir o escoamento e consequente contenção de produtos perigosos em todas as fases da obra, evitando, assim, problemas de contaminação do solo e recursos hídricos.

Os principais procedimentos adotados são:

- a) Para instalação de qualquer tipo de armazenamento de produto perigosos deverão ser previstos pela CONTRATADA sistemas de controle de drenagem e disposição/tratamento de efluentes dimensionados para o volume armazenado. Recomenda-se a utilização de pallets contentores



confeccionados em PEMD (Polietileno de Média Densidade) ou PEAD (Polietileno de Alta Densidade) para 1 tambor com capacidade de 100 litros. Deverão ser considerados tanto quantos pallets foram necessários adequados a quantidade de produto armazenado;

- b) Fica proibida a instalação e armazenamento de combustíveis para capacidade de armazenagem maior que 90 m³ e quaisquer instalações de abastecimento deverão ser construídas de acordo com as normas técnicas da ABNT em vigor, ou em ausência delas, com normas internacionalmente aceitas;
- c) Os procedimentos de segurança e prevenção de acidentes deverão ser tomados, bem como as possíveis tratativas com os órgãos ambientais caso existam tanques de combustíveis para abastecimento da frota de veículos e de equipamentos e maquinários internos;
- d) A CONTRATADA deverá dispor minimamente de 01 (um) kit ambiental, que deve conter minimamente:
- 80 Mantas Absorventes de Óleo e Derivados 40 x 50 x 0,4 cm, com capacidade de absorção média de 1L/unid.;
 - 10 Travesseiros Absorventes de Óleo e Derivados 23 x 23 x 5 cm, com capacidade de absorção média de 2L/unid.;
 - 12 Cordões Absorventes de Óleo e Derivados 120 x 7,6 cm, com capacidade de absorção média de 2,5l/metro;
 - 1 Saco de Absorvente granulado 10 kg, com capacidade média de absorção de 6L/kg;
 - Desengraxante biodegradável, com capacidade de remoção de produtos derivados do petróleo de pisos de concreto, isento de soda caustica, atóxico e fator de diluição eficaz (rendimento) maior ou igual a 1 litro de produto para 100 litros de água.
 - 2 Óculos de Segurança
 - 2 Pares de Luvas nitrílica
 - 1 Roupa de Proteção em Tyvek®
 - 10 Sacos de 50 litros para descarte
 - 1 Pá anti-faísca com cabo de 50 cm
 - 1 Fita zebra 200 m
 - 1 Bombona de PEAD resistente a vazamentos e rupturas, com capacidade de 200 litros.
- e) Nos casos de vazamentos, inclusive de produtos químicos dos caminhões e maquinários, a CONTRATADA deverá proceder a contenção e limpeza imediatas, bem como a destinação do resíduo gerado de forma ambientalmente correta;
- f) Em caso de derramamento, o volume derramado deverá ser recolhido com produto absorvente, sendo armazenado em recipiente estanque lacrado ou tampado e encaminhado para o local de armazenamento temporário de resíduos (box devidamente designado para resíduo perigoso classificado como grupo B pela RDC ANVISA 56/08) ou direto para o Galpão de Resíduos Perigosos;
- g) Para transporte rodoviário de resíduos perigosos deverá ser apresentada Licença de Operação ou Autorização Ambiental, conforme determinação do órgão ambiental. Da mesma maneira, para o



destino final ou o tratamento dado para o resíduo perigoso deverá ser apresentada LO ou Autorização emitida pelo órgão ambiental.

1.11 EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS

Emergências são definidas como as situações fora da rotina (acidentes, colapso de estruturas, equipamentos ou instalações, falha operacional, manifestações da natureza, etc.) inerentes à tarefa, que possam causar impactos significativos ao meio ambiente.

O empreendimento poderá exigir uma maior atenção às emergências ambientais com potencial de contaminação de corpos hídricos, devido suas características locais.

Como exemplos de situações de emergência ambiental citam-se:

1. Derramamentos de grandes quantidades de óleo ou outro produto químico, no solo ou águas;
2. Incêndios (deve ser comunicado imediatamente a FISCALIZAÇÃO);
3. Descarga de efluentes não tratados nas redes de águas pluviais;
4. Acidentes com animais;
5. Desmoronamentos, entre outros.

Assim, deverá ser realizado o pronto atendimento às eventuais situações de emergência ambiental de forma a mitigar os seus efeitos adversos.

Para isso, a CONTRATADA deverá tomar conhecimento do Plano de Emergência do Aeroporto e demais planos de contingência, quando houver.

- a) O Plano de Atendimento à Emergência deverá ser divulgado a todos os colaboradores, e mantido em local de fácil consulta aos envolvidos;
- b) Deverão ser previstos treinamentos para todos os envolvidos nas obras contratadas referente ao atendimento às emergências nos cenários identificados;
- c) A CONTRATADA deverá manter em boas condições em área de fácil acesso kits para atendimento às emergências ambientais. O kit deverá estar devidamente identificado e deverá ser utilizado exclusivamente para atendimento às emergências ambientais, não podendo compartilhar outros usos;
- d) As ocorrências de emergências ambientais deverão constar no RCAO mensal.

1.12 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá orientar semanalmente, ou quando julgar necessário em periodicidade menor, os seus empregados acerca do gerenciamento ambiental da obra, informando a importância das medidas e ações a serem implementadas, enfatizando tanto o ponto de vista ambiental como o social.

Portanto, a CONTRATADA deverá sensibilizar os operários e colaboradores quanto às ações que devem ser tomadas em cada um dos programas deste PCAO, especificando a atribuição de cada um.



Deverá ser anexo nos RCAOs documentos comprobatórios das atividades de treinamento.

Devem ser previstas ações e atividades direcionadas para os funcionários da obra relacionadas à preservação dos recursos naturais, resíduos sólidos, emergências ambientais, presença de fauna em aeroportos e aspectos relacionados à saúde dos trabalhadores.

A CONTRATADA deverá apresentar para aprovação as ações propostas para este plano, assim como seu detalhamento e cronograma estimado para implantação destas atividades no interior do canteiro de obras e na execução da obra.

- a) A CONTRATADA deverá realizar reuniões com a FISCALIZAÇÃO para repasse de informações, propostas e esclarecimentos, periodicamente ou sempre que a FISCALIZAÇÃO julgar necessário.
- b) A CONTRATADA deverá elaborar relatórios mensais sobre o andamento do cronograma da obra (RCAO) e ações desenvolvidas sobre os possíveis transtornos resultantes, para que a FISCALIZAÇÃO tome medidas de divulgação e para fins de elaboração de histórico de evolução da obra. Esse relatório deverá conter detalhamento das datas e registros fotográficos;
- c) Os empregados do empreendimento deverão ser orientados diariamente acerca do gerenciamento ambiental da obra, informando a importância das medidas e ações a serem implementadas. Os empregados também deverão ser sensibilizados em relação às boas práticas diárias na obra, como por exemplo a segregação e acondicionamento dos resíduos sólidos.

2 RELATÓRIO DE CONTROLE AMBIENTAL DE OBRAS – RCAO

Deverão ser apresentados mensalmente, ou a cada solicitação de serviço, os Relatórios de Controle Ambiental de Obra (RCAO) contendo as ações ambientais realizadas na obra ao longo do período.

O RCAO deverá ser elaborado por Responsável Técnico, devendo constar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Este relatório deverá ser encaminhado à FISCALIZAÇÃO para análise, avaliação e deferimento.

O RCAO deverá ser apresentado em, no mínimo 02 (duas) vias, em formato A4 e 01 (uma) via em formato digital. As ilustrações, mapas, plantas e desenhos que não puderem ser apresentados desta forma deverão constituir um volume anexo.

Todas as ilustrações, cartas, plantas, desenhos, mapas e fotografias deverão ser perfeitamente legíveis em todas as cópias do documento.

O RCAO deverá ser elaborado em conformidade com a itemização proposta no modelo presente no Anexo I. Quando um dos itens não for necessário, ou não for aplicável o mesmo poderá ser suprimido, desde que aprovado pela FISCALIZAÇÃO. Toda e qualquer alteração ou inclusão sugerida pelo órgão ambiental, será de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus ao CONTRATANTE.

A CONTRATADA poderá melhorar ou sugerir alteração na itemização, contudo, o aceite caberá a FISCALIZAÇÃO.



Ao final do contrato deverá ser apresentado um Relatório Conclusivo (RC), reunindo todos os resultados e conclusões, de forma individualizada por atividade, ação ou programa desenvolvido.

Este relatório deverá ser encaminhado à FISCALIZAÇÃO quando da entrega do serviço, apresentando quaisquer pendências no que tange informações ou documentações incompletas dos RCAOs mensais, bem como documentos necessários à comprovação da regularidade ambiental da obra como um todo.

No caso de possível paralização, os RCAOs deverão informar as ações realizadas na desmobilização do canteiro, tratativas da gestão dos resíduos entre outros, ainda seguindo o Anexo I.

3 RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obrigar-se-á à plena e incondicional observância de todas as normas legais vigentes no país, assim como às normas de segurança aplicadas pela INFRAERO.

A CONTRATADA deverá manter organizado arquivo fiscal, contábil e trabalhista para eventuais consultas solicitadas pela INFRAERO.

Serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o armazenamento de materiais, seu controle e guarda, sejam aqueles fornecidos pela CONTRATADA ou os disponibilizados, eventualmente, pela INFRAERO.

3.1 MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS

Todo material, equipamento e maquinário necessários à execução dos serviços deverão estar em boas condições de uso e segurança, compatíveis com os padrões das normas brasileiras, visando ao fiel atendimento das exigências da legislação pertinente.

As despesas relativas à aquisição, ao fornecimento de máquinas e equipamentos, reprografias, plotagens e outras que se fizerem necessárias para o desempenho das atividades contempladas no objeto da presente Especificação Técnica, correrão às expensas da empresa CONTRATADA.

3.2 PRESERVAÇÃO DE PROPRIEDADE

Para o levantamento dos dados referentes ao documento, caberá a CONTRATADA solicitar à CONTRATANTE a obtenção da autorização necessária para a realização dos trabalhos.



A CONTRATADA adotará os procedimentos necessários na execução dos serviços, a fim de evitar prejuízos, danos ou perdas em relatórios, desenhos, serviços, propriedades adjacentes ou outras de qualquer natureza, assumindo total responsabilidade por quaisquer prejuízos, danos ou perdas a propriedades, resultantes de suas atividades.

A CONTRATADA reparará, substituirá ou restaurará qualquer bem ou propriedade que vier a ser prejudicado, ou julgado danificado ou perdido, em decorrência do desenvolvimento das atividades, contempladas no escopo dessa Especificação Técnica, de maneira a adquirir suas condições anteriores, de acordo com as orientações da FISCALIZAÇÃO.

Caso as providências supracitadas não sejam efetuadas pela CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO poderá, fazer com que a reparação, substituição, restauração ou conserto seja executado por terceiros. Os custos relativos a estas providências serão deduzidos dos pagamentos devidos a serem efetuados à CONTRATADA.

3.3 COOPERAÇÃO COM OUTROS CONTRATOS

A CONTRATADA deverá fornecer informações relativas ao documento e interagir com empresas contratadas por ventura para elaboração de outros estudos e projetos no Aeroporto de Sorriso, a fim de subsidiar a melhor configuração e locação dos equipamentos aeroportuários em consonância com os aspectos ambientais, visando sempre à maior eficiência econômico-ambiental e técnico-operacional.

A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, executar ou fazer executar outros trabalhos de qualquer natureza, por si própria, ou por outros contratados ou grupos de trabalho, no local ou próximo ao local dos serviços. Nesse caso, a CONTRATADA, conduzirá suas atividades de maneira a nunca provocar atraso, limitação ou embaraço aos demais trabalhos.

Os serviços a serem realizados no interior do sítio aeroportuário deverão ser previamente comunicados à FISCALIZAÇÃO para que sejam providenciadas as autorizações de acesso, credenciamento e treinamento dos profissionais envolvidos, relativos aos procedimentos de trânsito em áreas de acesso restrito ou controlado.

3.4 SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

É vedado a CONTRATADA fornecer ou apresentar qualquer informação referente aos serviços desenvolvidos a terceiros, sem consulta formal e autorização da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá se aparelhar, inclusive de sistemas magnéticos, de forma que as informações contenham caráter confidencial, estabelecendo níveis de acesso compatíveis ao seu corpo



técnico.

Todas as informações obtidas ao longo do documento têm caráter sigiloso e a quebra deste preceito sujeitará a CONTRATADA à aplicação das cominações constantes em cláusulas contratuais, ensejando na rescisão imediata do Termo de Contrato.

3.5 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

As medidas de proteção aos empregados e a terceiros serão de total responsabilidade da CONTRATADA, a qual deverá disponibilizar para todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços especificados neste documento Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletivas (EPCs) compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas e em consonância rigorosa com as NORMAS DE ENGENHARIA, DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, emanadas da legislação pertinente, fornecendo aos profissionais envolvidos nos trabalhos objeto desta Especificação Técnica os EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), observando, no que couber, o MANUAL da CONTRATANTE de PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, cujo texto, na íntegra, encontra-se disponibilizado no seguinte endereço: <http://licitacao.infraero.gov.br>.

4 EQUIPE TÉCNICA

A CONTRATADA deverá designar um Engenheiro Ambiental para ser responsável técnico pelo acompanhamento e execução do PCAO, das questões ambientais da obra e elaboração e assinatura dos RCAO Mensais e Final. A carga horária desse profissional deverá ser de 40 horas semanais, por todo o período da obra. A comprovação da inclusão deste profissional deverá ocorrer por meio de:

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART para execução de PCAO ou elaboração dos RCAO's, com data coincidente com o início do empreendimento;
- b) Comprovação de capacidade técnico-operacional na execução de RCAO ou monitoramento de PCAO por meio de Certidão de Acervo Técnico – CAT);
- c) Certidão de Registro e Quitação – CRQ do CREA do profissional;
- d) Caso o CREA de registro originário do profissional não seja o estado onde a obra será executada, deve ser apresentado visto para execução dos serviços correlatos nesse PCAO.

Findos os serviços, após recebimento e aprovação do RCAO pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá encaminhar documento comprobatório da baixa da ART do engenheiro ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os serviços deverão ser conduzidos em conformidade com o presente documento. Os serviços serão considerados entregues somente após o aceite final por parte da COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO.



Sem a prévia autorização escrita da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA não deverá alterar programações e cronogramas já aprovados.

As orientações e determinações da FISCALIZAÇÃO, quanto ao desenvolvimento dos trabalhos, deverão ser atendidas pela CONTRATADA.

Os serviços terão a direção, supervisão e responsabilidade técnica de um Responsável Técnico, devidamente habilitado, o qual representará a CONTRATADA para assuntos ambientais na obra.



ANEXO I – ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO RCAO

1 – Identificação do Empreendedor

- Nome, razão social, endereço e endereço eletrônico para correspondência;
- Inscrição Estadual e CNPJ;
- Nome, endereço, telefone e fax do responsável pelo empreendimento.

2 – Identificação do Responsável Técnico

- Nome;
- Endereço, telefone, fax e endereço eletrônico;
- ART.

3 – Caracterização Geral do Empreendimento

Neste item deverá ser feita uma breve e sucinta caracterização do empreendimento, mostrando além de informações de ordem geral, a sua localização, área ocupada e seus objetivos, apontando de forma clara como o empreendimento poderá contribuir para o desenvolvimento regional.

4 – Ações Realizadas

A empresa deverá descrever a metodologia utilizada para cada uma das ações, atividades e projetos previstos em sua proposta técnica, bem como os principais resultados em cada um dos temas abordados e desenvolvidos pela contratada através do seu serviço de meio ambiente.

5 – Relatório Fotográfico

Apresentar relatório fotográfico abrangendo toda a área do empreendimento.

6 – Cartografia Básica (caso procedente)

Deverá ser apresentada, no mínimo a seguinte cartografia básica:

- Mapa de situação do empreendimento;
- Mapa do sistema viário e do canteiro de obras com detalhamento de cada estrutura;
- Mapa em escala mínima de 1:10.000, indicando o posicionamento do empreendimento frente à rede hidrográfica local; às Áreas de Preservação Permanente e às Unidades de Conservação do entorno.

7 – Conclusões

Neste tópico a contratada deverá apontar as principais conclusões de forma individualizada, apontando os pontos positivos e negativos e ainda, as sugestões para melhora dos processos e procedimentos.

8 – Lista de ações a serem abordadas (minimamente) no RCAO

Anexos – Comprovantes de destinação de resíduos, licença dos transportadores e destinadores, etc.



Item	RCAO	Checagem						Observações
		R	NR	PR	NA	ACF	NACF	
1	Licenciamento e atendimento a condicionantes							
	Mapear as condicionantes da licença e prazos;							
	Comprovar atendimento às condicionantes;							
	Apresentar comprovante de entrega dos dados ao órgão licenciador.							
2	Efluentes							
	Apresentar medição dos afluentes líquidos gerados no canteiro de obras							
	Comprovar tratamento por meio de caixa separadora de areia e óleo das águas de lavagem de veículos, máquinas e peças, águas de drenagem dos pátios de estocagem de materiais e derivados de petróleo							
	Comprovar tratamento e destinação final dos afluentes, caso sejam utilizados sanitários químicos, juntamente com a licença ambiental do transportador e destinador final							
	Comprovar tratamento do esgoto sanitário coletado, independente da solução adotada							
	Comprovar comprovante de limpeza e disposição final dos resíduos resultantes da manutenção do sistema de tratamento de esgoto do canteiro de obras conforme frequência diária estabelecida em projeto							
3	Abastecimento de Água							
	Apresentar comprovação de contrato firmado com órgão responsável pelo fornecimento de água, se for o caso							



PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL DE OBRAS
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
AEROPORTO REGIONAL DE SORRISO – ADOLINO BEDIN
Novembro/2019

Item	RCAO	Checagem						Observações
		R	NR	PR	NA	ACF	NACF	
4	Resíduos sólidos							
	Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC)							
	Comprovar licenciamento das áreas de disposição final dos resíduos							
	Segregar os resíduos durante a fase de demolição							
	Verificar se os locais de armazenamento temporário estão devidamente protegidos contra ação das chuvas							
	Identificar cada local de armazenamento temporário							
	Transportar os resíduos em caminhões e/ou caçambas providos de lona plástica							
	Utilizar recipientes próprios para cada tipo de resíduo							
	Encaminhar documento comprobatório de doação de resíduos recicláveis							
	Reaproveitar materiais de demolição e retirada							
	Apresentar relatório final com os tipos e quantitativos de cada resíduo.							
5	Controle de Fauna e vetores							
	Realizar vistoria de vetores antes de iniciar a obra.							
	Realizar dedetização caso sejam encontrados vetores ou insetos.							
	Apresentar certificação da empresa de dedetização.							



Item	RCAO	Checagem						Observações
		R	NR	PR	NA	ACF	NACF	
	Apresentar registro dos produtos utilizados na dedetização.							
	Verificar empoçamento de água no armazenamento de materiais e equipamentos.							
	Relatar incidência de animais no canteiro e obra.							
6	Ruído							
	Monitorar reclamações na ouvidoria.							
	Comprovar mitigação com tratamento acústico ou utilização de máquinas menos ruidosas.							
7	Emissões atmosféricas							
	Monitorar a emissão de particulados							
	Comprovar recobrimento de veículos com lonas no transporte de materiais granulados e de solos finos							
	Comprovar umidificação das estradas de acesso e caminhos de serviço							
	Comprovar lavagens periódicas dos equipamentos e veículos (informar quantitativo)							
8	Manejo de solos e material vegetal							
	Indicar área de desvegetação, destocamento e solo vegetal a ser retirado							
	Apresentar quantitativo de solo e material vegetal a ser retirado							
	Apresentar comprovante de disposição de material vegetal em empresas de bota-fora							



PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL DE OBRAS
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
AEROPORTO REGIONAL DE SORRISO – ADOLINO BEDIN
Novembro/2019

Monitorar disposição do solo vegetal para uso posterior								
Requerer autorização para supressão vegetal								
Indicar solução adotada para caminhos de serviço e vias de acesso								
Apresentar cópia de autorização ambiental para supressão de vegetação								
Prever remoção, transporte e armazenamento da camada fértil do terreno para uso posterior								
Apresentar quantitativo de camada fértil do terreno a ser removida								
Acompanhar plantio de vegetação nos talude e aterros, inclusive nas áreas de empréstimo								
Monitorar pegamento da vegetação nos taludes e aterros, inclusive nas áreas de empréstimo de material								
Apresentar cópias das licenças necessárias para armazenamento e transporte em áreas de bota-fora								
Apresentar projeto para áreas de empréstimo ou bota-fora, caso necessário								



Item	RCAO	Checagem						Observações
		R	NR	PR	NA	ACF	NACF	
	Apresentar mensalmente o monitoramento das emissões dos veículos automotores							
	Indicar áreas umidificada quanto a local, data, hora							
	Monitorar a emissão de particulados							
9	Áreas Degradadas							
	Apresentar projeto de recuperação das áreas degradadas							
	Comprovar delimitação das áreas de utilização							
	Comprovar a correta remoção e estocagem do solo vegetal							
	Comprovar sinalização da área							
	Verificar a execução de drenagem superficial para disciplinar as águas pluviais							
	Comprovar a realização de proteção superficial por aplicação de hidrossemeadura ou grama em placas							

NOTA:

R – Realizado;
NR – Não Realizado;
PR – Parcialmente Realizado;
NA – Não aplicável;
ACF – Aceito pela fiscalização;
NACF – Não Aceito Pela Fiscalização



ANEXO II – CHECK LIST - DESMOBILIZAÇÃO

CANTEIRO DE OBRAS

Esta atividade deverá estar em conformidade com o plano de desmobilização de obra apresentado pela contratada.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- No caso de utilização de Poço ou manancial:

Item	Especificação	Código de conformidade								
		Operacional				Formal				
		R	NR	PR	NA	ACF	NACF	ACOA	NACOA	OBS
1	Retirada do equipamento de bombeamento									
2	Retirada dos dutos de captação (mangueiras, canos, etc.)									
3	Retirada dos dutos de distribuição (mangueiras, canos, torneiras, etc.)									
4	Desmonte da estação de tratamento e do reservatório									

- No caso de utilização da rede pública:

Item	Especificação	Código de conformidade								
		Operacional				Formal				
		R	NR	PR	NA	ACF	NACF	ACOA	NACOA	OBS
1	Pedido de solicitação de desligamento									
2	Retirada dos dutos de distribuição (mangueiras, canos, torneiras, etc.)									
3	Desmonte da estação de tratamento e do reservatório									



ESGOTOS SANITÁRIOS:

- No caso de utilização de fossa:

Item	Especificação	Código de conformidade								
		Operacional				Formal				
		R	NR	PR	NA	ACF	NACF	ACOA	NACOA	OBS
1	Retirar dutos									
2	Providenciar esvaziamento do reservatório e sumidouro									
3	Retirar proteção (cobertura) e preencher com solo, recompondo do perfil									
4	Desmontagem dos reservatórios									

- No caso de uso de banheiro químico:

Item	Especificação	Código de conformidade								
		Operacional				Formal				
		R	NR	PR	NA	ACF	NACF	ACOA	NACOA	OBS
1	Pedido de solicitação de desligamento									
2	Providenciar esvaziamento do reservatório									
3	Desmontagem dos reservatórios									
4	Retirada dos dutos									

ALOJAMENTO:

Item	Especificação	Código de conformidade								
		Operacional				Formal				
		R	NR	PR	NA	ACF	NACF	ACOA	NACOA	OBS
1	Retirada dos equipamentos									
2	Desmontagem da estrutura									
3	Retirada dos alicerces									
4	Descompactação do solo									
5	Retirada dos entulhos									



SAÚDE:

Item	Especificação	Código de conformidade								
		Operacional				Formal				
		R	NR	PR	NA	ACF	NACF	ACOA	NACOA	OBS
1	Retirada dos equipamentos									
2	Desmontagem da estrutura									
3	Retirada dos alicerces									
4	Descompactação do solo									
5	Retirada dos entulhos									

SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA E AMBIENTAL:

Item	Especificação	Código de conformidade								
		Operacional				Formal				
		R	NR	PR	NA	ACF	NACF	ACOA	NACOA	OBS
1	Solicitação de autorização da fiscalização									
2	Retirada de placas determinadas pela fiscalização									
3	Retirada do material não utilizado									

COMBUSTÍVEIS:

Item	Especificação	Código de conformidade								
		Operacional				Formal				
		R	NR	PR	NA	ACF	NACF	ACOA	NACOA	OBS
1	Retirada dos equipamentos									
2	Retirada dos resíduos (graxa, óleos, etc.)									
3	Retirada dos alicerces e bases									
4	Retirada do solo contaminado									
5	Descompactação do solo									
6	Arrefeioar o terreno									
7	Guia do depósito onde foram colocados os solos contaminados									



MATERIAIS PERIGOSOS:

Item	Especificação	Código de conformidade								
		Operacional				Formal				
		R	NR	PR	NA	ACF	NACF	ACOA	NACOA	OBS
1	Retirada dos equipamentos									
2	Retirada dos resíduos e vasilhames vazios para local adequado									
3	Retirada dos alicerces e bases									
4	Laudo de vistoria técnica do órgão fiscalizador									
5	Descompactação do solo									
6	Retirada dos entulhos									

RESÍDUOS:

Item	Especificação	Código de conformidade								
		Operacional				Formal				
		R	NR	PR	NA	ACF	NACF	ACOA	NACOA	OBS
1	Retirada dos rejeitos de obra dos depósitos provisórios									
2	Protocolo de deposição dos rejeitos em áreas autorizadas e licenciadas									
3	Recuperação das áreas dos depósitos provisórios									
4	Laudo técnico de vistoria do órgão fiscalizador									

NOTA: R – Realizado;

NR – Não Realizado;

PR – Parcialmente Realizado;

NA – Não Aplicável;

ACF – Aceito pela Fiscalização;

NACF – Não Aceito pela Fiscalização;

ACOA – Aceito pelo Órgão Ambiental;

NACOA – Não Aceito pelo Órgão Ambiental.

